

LUCIANO LOURENÇO
(COORDS.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

GEOGRAFIA, CULTURA E RISCOS

LIVRO DE HOMENAGEM AO
PROF. DOUTOR ANTÓNIO PEDROSA



**POR BIDAIO, EM TIMOR-LESTE, COM O ANTÓNIO
PEDROSA OU COMO UMA CERTA HISTÓRIA DA
EXPANSÃO PORTUGUESA SE TRANSFORMA EM
MITO COMUNITÁRIO**

**THROUGHOUT BIDAIO, IN EAST TIMOR, WITH
ANTONIO PEDROSA OR HOW A CERTAIN HISTORY
OF PORTUGUESE EXPANSION SHIFTS INTO A
COMUNITY MYTH**

Ivo Carneiro de Sousa

Professor Catedrático, City University of Macau, Macao SAR, China
ivocarneiro@cityu.edu.mo

Sumário: Este texto recorda uma visita feita em 2001 com o António Pedrosa à antiga vila dos pescadores de Bidaio, hoje parte da capital de Timor-Leste, Díli. O então presidente da confraria de Nossa Senhora de Bidaio ofereceu-nos a narrativa da história daquela que foi apresentada como a única verdadeira comunidade de origem portuguesa de Timor-Leste, fundada pelos sobrevivente de um naufrágio, em 1512. É esta narrativa entre fragmentos de história e mito comunitário que se recorda, se investiga e se procura interpretar.

Palavras-chave: Bidaio, Timor-Leste, história da expansão, mito, eterno retorno.

Abstract: This article recalls a field visit made with António Pedrosa back in 2001 to the former fishermen village of Bidao, now part of East-Timor capital, Dili. Received then by the head of Our Lady of Bidao Catholic brotherhood, from him we learnt a narrative stressing that the community was the only with a true Portuguese origin since it had been founded by the survivors of a shipwreck in 1512. It is precisely this narrative between historical fragments and communitarian myth that this paper remembers, researches and tries to explain.

Keywords: Bidao, East-Timor, history of maritime expansion, myth, eternal return.

Introdução

Tive o fraterno privilégio de viajar por Timor-Leste com o nosso António em 2001 e 2002. Dessa última visita em trabalho de campo, mais demorada, viria a sair um vídeo sobre a geografia, antropologia e história do território que é ainda hoje um dos mais sérios documentários sobre terras, gentes e culturas locais. Apesar de exibido na inevitável RTP2, perdi-lhe completamente o rasto. Viajar com o António era, de facto, mais do que um privilégio, sobretudo quando se percorrem geografias físicas e humanas que se situam nos antípodas das nossas. Verdadeiro homem do terreno, nada escapava à sua observação, aqui um relevo, ali uma ribeira criada na estação das chuvas, além uma singular formação geológica. Cruzando esta invejável prática de campo em geografia física a uma muito sólida formação teórica, o António tinha esse sentido raro da ciência aplicada, pelo que não se coibia de saltar frequentemente do *jeep* para explicar a um grupo de trabalhadores locais como se podia recuperar uma estrada completamente sumida pelas chuvas, como levantar corretamente um velho poste de eletricidade caído ou esclarecer pacientemente como é que uma brisa ou súbita ventania vindas das altas montanhas ou do mar poderiam indicar alterações no clima com evidentes impactos consequenciais no trabalho agrícola, na gestão do território ou mesmo na ordem sanitária. Destas experiências e

cumplicidades muitas com o António pelos trilhos desse oriental Timor, segue-se uma memória que se quer também científica sugerida por uma visita à antiga aldeia de pescadores de Bidau, hoje definitivamente parte da capital timorense, Díli, organizando uma espécie de freguesia, “suco”, agora sob a designação de *Bidau Lcidere* (wikipedia.org/wiki/Bidau_Lcidere).

O texto que aqui se propõe também em homenagem ao António – e à sua amizade nunca esquecida – apresenta-se talvez como um estudo singular, casando em oportunas e felizes núpcias essa passagem por Bidau, nos idos de Abril de 2001, a um livro que se tornou num dos meus mais perenes guias científicos. Publicado em inglês pela primeira vez em 1954, o livro saía de prestigiados prelos nova-iorquinos com este estranho título: *Cosmos and History: The Myth of the Eternal Return* (Eliade, 1954). Especialistas de diversos domínios, da história às muitas antropologias, foram reconhecendo nesta obra uma sorte de “pai” fundador da história das religiões enquanto campo científico autónomo, tendo as 100.000 cópias vendidas nos EUA até 1959 assegurado a enorme reputação académica do seu autor, para além de conveniente lugar na Universidade de Chicago: o emigrante romeno Mircea Eliade (1907-1986). Alguns investigadores portugueses – provavelmente poucos – sabem também que Eliade viveu feliz, seguro e ativo no Portugal neutral de Salazar durante a II Guerra Mundial, entre 1941 e 1944, como adido cultural e de imprensa da embaixada da Roménia em Lisboa. É ainda conveniente rememorar que o nosso sábio manteve um diário da sua lusa estada e publicou em romeno por Bucareste, em 1942, um livro intitulado “Salazar e a Revolução Portuguesa”, elogiando com entusiasmo a ditadura do Estado Novo para concluir sem hesitações: “*O Estado salazarista, um estado cristão e totalitário, é baseado antes de mais e de tudo no amor*” (Eliade, 2010: 252). Azar: mais tarde, no final da sua vida, nas décadas de 1970 e 1980, vários estudiosos que criticaram a pouco conhecida, e ainda mais ocultada, militância juvenil de Eliade nas milícias fascistas da *Guarda de Ferro* romena agitaram precisamente o seu livro em salazarista paixão para denunciar obscuros projetos totalitários na sua obra científica (Fisher, 2010). Sejam quais forem os seus muitos ou poucos erros de juventude, devo com anterioridade esclarecer que, para mim, autores e obras científicas clássicos têm um valor

intrínseco independentemente do seu uso, abuso, manipulações ideológicas ou humanos pecados. Feita esta ressalva, viaje-se no tempo e no espaço com o António até chegarmos a Timor-Leste e encontrar nos subúrbios da belíssima baía de Díli essa povoação à beira-mar que se chamava apenas Bidao.

Bidao, em 2001: Mito e História

Nos inícios de Abril de 2001, viajámos para Timor-Leste convidados por um antigo estudante timorense de doutoramento, bom amigo e membro de uma conhecida família de resistentes nacionalistas. Vamos chamar-lhe simplesmente J. como prudentemente mandam os velhos manuais de etnografia de campo. Nessa altura, meses antes das eleições para a primeira Assembleia Constituinte da nova República Democrática de Timor-Leste que deram uma significativa vitória à FRETILIN, o nosso influente J. alimentava grandiloquentes planos de erguer um grande centro nacional de investigação e de abrir cursos de antropologia e outras ciências sociais na única Universidade pública, em Díli. À semelhança de todos os outros timorenses – muito poucos – com um diploma de doutoramento, o nosso amigo rapidamente se entregou a uma ascendente carreira política. Guiados por ele, percorremos diferentes espaços de Timor-Leste apenas para testemunhar com muito incômodo a carnificina e destruição provocadas pelas forças militares e integracionistas indonésias após o referendo promovido pelas Nações Unidas que, em 1999, deu esmagadora vitória ao caminho da restauração da independência. Regressamos, por isso, entre indignação e revolta a Díli, logo decidindo que o dia seguinte haveria de ser um pouco mais reconfortante. Consciente das nossas carregadas emoções, decidi logo J. convidar-nos para, no dia seguinte ao nosso retorno à capital, visitarmos o seu primo – mais do que longínquo, mas em Timor-Leste quase todos são primos uns dos outros... – apresentado como proeminente líder da única comunidade do país descendente de “verdadeiros” portugueses: a nossa comunidade de Bidao, perto da famosa praia da Areia Branca por onde então se banhavam os muitos funcionários principescamente pagos das muitas agências das

Nações Unidas e afins. Homem de poucos mais de cansados e muito enrugados 70 anos, G. – como por aqui será designado – era personagem mais do que fascinante, falando um desenvolto português e contando pitorescas histórias da escola primária feita nesse regime educacional do salazarismo, logo enumerando com orgulho e sem falhas todas as linhas ferroviárias do *Portugal metropolitano* mais todos os grandes rios da pluricontinental nação, Angola e Moçambique incluídos. Em rigor, G. não era dirigente de nenhuma comunidade que objetivamente se visse, mas cumpria as funções que julgava superiores de presidente há várias décadas da confraria de Nossa Senhora de Bidao, fundamentalmente encarregada todos os primeiros de Outubro de organizar vistosa e mais do que concorrida procissão religiosa, naturalmente de piedosa mariana consagração.

Descrita sobretudo por remotos candidatos a etnógrafos que, nas primeiras décadas do século XX, eram na realidade governadores coloniais (Castro, 1943: 56), a antiga comunidade dos pescadores de Bidao notabilizava-se pelo uso peculiar de um crioulo português, praticamente extinto pelos princípios de 1960 quando a povoação ribeirinha foi progressivamente engolida pelo crescimento de Díli (Meneses, 1968: 367-371). Não ouvimos em 2001 por Bidao uma única alma falante recordar o seu antigo crioulo, tendo G. explicado que se tratava de um “*português muito corrompido*” de que apenas se lembrava da palavra – imagine-se o desaforo... – *mujer* para a nossa castiça mulher, como, explicou, fosse “espanhol” (palavra, na verdade, registada como “muyer” em Baxter, 1990: 1-38). Seja como for, os mais do que remotos fragmentos dessa antiga comunidade não eram em 2001 mais do que uma rede de uma vintena de famílias partilhando laços de parentesco, para além de dominarem totalmente os 12 lugares de mesários da confraria de Nossa Senhora de Bidao. Naquela altura, o que se viria a transformar no *suco* de Bidao Licedere era espaço caótico de refugiados, albergando talvez mais de 10.000 pessoas, incluindo muita gente fugida do leste, a maior parte falando Makassae, a que se somavam várias famílias mistas de mulheres timorenses com maridos indonésios, estes oriundos do abundante pequeno comércio fluindo a partir de Kupang e das ilhas fronteiras de Timor, especialmente Alor, Wetare e Flores. Quase todas estas mulheres estavam então obrigadas a cumprir duros processos públicos de

arrependimento e reintegração social, já que eram sistematicamente acusadas de cúmplice colaboração com a forte repressão das forças de ocupação indonésias. Multiplicavam-se, por isso, as cerimónias de *barlak* que também se diz *barlaki*, *barlake* ou, em local português, uma mais arranjado *barlaque* para sempre querer dizer “tomar mulher”. Trata-se de um poderoso sistema tradicional de dádiva e dote, tendo-nos sido garantido que, para além da tradicional matança do búfalo – cerimónia horrenda para a nossa polida sensibilidade ocidental, já que se furam os “bofes” ao animal que, depois, se debate em agonizante assobio até morrer... –, muitas destas famílias timorense-indonésias pagavam o seu arrependimento com ofertas de motorizadas, *hi-fi*, colchões e os mais variados artigos comerciais quase sempre vindos precisamente nas camionetas diárias oriundas de Kupang, capital a dez complicadas horas de distância do Timor indonésio.

Quando perguntei ao nosso bom G. pormenores sobre a história de Bidao em sede de deformação profissional, respondeu-me que seria completamente desvendada nesse Sábado à tarde, depois do almoço que generosamente nos oferecia. Depois da refeição, simples e modesta, rumamos para a igreja de Nossa Senhora de Bidao que não era então mais do que uma capela arruinada. Subiu G. com solenidade as quatro ou cinco escadas do altar para parar junto a uma imagem da Virgem que nos pareceu bem moderna, garridamente policromada, pelo menos. Tínhamos sido seguidos por dezenas de pessoas, sobretudo muitas crianças, pelo que o presidente da confraria de Nossa Senhora de Bidao achou que tinha chegado o seu momento de alguma glória. Falando e misturando português e tetum, o nosso guia começou por afirmar orgulhoso que ele e os antigos habitantes de Bidao eram descendentes de portugueses, “verdadeiros portugueses de Portugal”. Discursando lentamente, mas com a dita “objetividade” de um historiador profissional, assim equilibrando nomes de antanho e datas precisas, G. desvendou aos ouvintes que, em 1512, uma grande nau portuguesa havia naufragado a umas dezenas de quilómetros das costas timorenses, nesse *Taci-fetu*, ou “mar-mulher”, mas por vezes rebelde e, na sua sabedoria, sempre traiçoeiro como o “sexo feminino”. Mais do que miraculosamente, porém, um padre e três marinheiros conseguiram salvar-se nadando várias horas até arriarem às costas de Bidao. Segundo a precisa narrativa de G., o sacerdote era

um dominicano que, chamado António Serrão, tinha conseguido bravamente salvar numa das suas mãos uma bonita estátua da Virgem enquanto nadava apenas com a outra mão livre. Trata-se da imagem ainda hoje na igreja de Nossa Senhora de Bidao, sublinhou o presidente da sua confraria. Quanto aos outros três portugueses, rapidamente se encantaram com a beleza das mulheres timorenses, logo casando, constituindo amplas famílias e ensinando os timorenses a pescar e a navegar nos mares do Sul. O corajoso frade dominicano ergueu a primeira igreja cristã em Timor, naturalmente em Bidao, depois espalhando os evangelhos por toda ilha, sempre carregando a mariana imagem, mas que não deixava de devolver sempre à capela original. O entusiasmado discurso do nosso G. fechou-se com militante declaração de apoio às exigências do bispo D. Carlos Ximenes Belo que, por essa altura, defendia a obrigação de colocar uma cruz na futura bandeira do Timor-Leste independente, visto que havia sido (segundo ele...) a missão multissecular da igreja católica a gerar a identidade singular do país.

Concluído o belo discurso histórico em parenética forma, os presentes ergueram-se em vivas a Bidao e a *Timor Lorosae* no meio de gritos e aplausos. Sabendo bem que eu era um historiador que escrevia regularmente sobre Timor-Leste, G. teve a deferência de me perguntar “se estava certo”. Contendo-me, respondi polida que não sinceramente estar completamente *surpreendido* com a história de Bidao, congratulando a sageza do orador. Na verdade, encontrei-me depois várias vezes com G. até ao seu falecimento nos finais de 2005, nunca tendo ousado embaraçar a sua crónica da história de Bidao e de Timor Leste, conquanto ele sempre tivesse desconfiado que eu tinha as minhas dúvidas e perplexidades. Pensei na altura – e ainda penso agora – que qualquer académica filiação aos princípios da “verdade histórica” não era motivo suficiente para embaraçar aquela deslumbrante confusão de eventos históricos devidamente subsumidos em belíssimo e orgulhoso mito local. Em rigor, as trapalhadas e transferências de acontecimentos históricos na versão da história de Bidao recordada por G. eram muito fáceis de identificar. Existiu documentadamente um naufrágio entre as três embarcações da primeira expedição enviada de Malaca às Molucas, em 1512, comandada por Francisco Serrão e António Abreu, nomes

deliciosamente misturados e até sagrados na narrativa do nosso antigo confrade. O navio de Serrão realmente naufragou, mas parece que nove portugueses e nove malaios entre a tripulação conseguiram chegar a Hitu, no norte de Amboina ou, em indonésio, *Ambon* (Barbosa, 1989). Não existe qualquer remota notícia da participação de sacerdotes ou qualquer frade dominicano nessa expedição. Como bem se sabe documentadamente, missionários dominicanos estabeleceram-se primeiro na pequena ilha de Solor em meados do século XVI, daí partindo as experiências de evangelização da ilha de Timor. Mais ainda, a miraculosa salvação daquele Serrão dominicano da história de G. recorda sem disfarces aquele mito maior do naufrágio de Camões na foz do Mekong, depois resgatando o manuscrito de *Os Lusíadas* numa mão e nadando com a outra, acabando por arribar a Macau – terá mesmo sido a nado? – onde teria terminado o seu grande poema numa gruta local, deliciosamente debruçada sobre o que viria a ser a baía da Praia Grande (Teixeira, 1977). Mesmo a história dos três outros marinheiros portugueses que se salvaram para começarem a construir Bidao recorda claramente a narrativa da visita a Timor de António Pigafetta, cronista da grande viagem de Magalhães, entre 1519 e 1522. De acordo com a prosa do viajante italiano, era costume negociar-se por terras litorâneas de Timor os tratos de sândalo com “reis” (liurais) locais que começavam por presentear os forasteiros através de mulheres que subiam a bordo das embarcações mercantis. Seguindo Pigafetta, os contactos sexuais eram tão frequentes que doenças venéreas espalharam-se rápido por estes espaços insulares, sendo mesmo conhecidas por “mal português”. Seguindo a crónica do muito bom observador e aventureiro italiano: “*A doença de S. Job encontrava-se em todas as ilhas por onde passámos neste arquipélago, mas mais nesta terra [Timor] do que nas outras. Chama-se for franchi, o que quer dizer mal português*” (Pigafetta, 2007: 118 -193).

Resta ainda esclarecer que a fixação em Bidao de populações eurásianas, seus descendentes, criados e escravos, expressando-se num “crioulo” português, se encontra rigorosamente documentada: eram parte dos cerca de 1200 habitantes da fortaleza portuguesa de Lifao, no enclave de Oecussi, obrigados após meses de cerco holandês a refugiarem-se em 1769 na área de Díli, região na altura especialmente pantanosa. Nesse pouco mais de um milhar de pessoas, incluindo

apenas cinco ou seis portugueses, a maioria havia já antes encontrado refúgio em Lifao contra os ataques holandeses a Larantuka, nas Flores. Por isso, eram conhecidos como *larantuqueiros* e identificados pelos holandeses como *topassen* ou, mais racisticamente, “Portugueses pretos” (Boxter, 1947). Devem ter sido pelos finais do século XVIII os antepassados de G. e das outras escassas famílias que por Bidao ainda recordavam com orgulho uma remota portuguesa origem. A transformação destes acontecimentos históricos em mito local, também comunitário, é parte de um processo identitário tão social quanto simbólico mobilizando instrumentos culturais da memória que nada tem a ver com a nossa solene história académica. Comunidades, espaços sociais locais e regionais tanto como estados-nações precisam de mitos, logo espalhados através de coletivos lugares da memória vazados em estátuas públicas, nomes de ruas, bandeiras, hinos, canções, artesanatos, comemorações cívicas e toda a sorte de festivais que continuamos a frequentar. Moral desta primeira parte da história: nunca contradisse ou questioneei a apelativa narrativa mítica da história de Bidao enquanto G. estava vivo e mais do que orgulhoso da sua descendência de “verdadeiros portugueses de Portugal”.

“Portugal é no Céu”

Apesar das confusões evidentes desde a primeira vez que G. nos contou a sua história de Bidao e de Timor, ficámos de tal forma fascinados com aquele primeiro encontro de Sábado que decidimos convidá-lo e aos seus demais colegas de confraria para almoço dominical às nossas custas. Nesse dia, quando chegamos perto da capela de Bidao por onde ficava o sítio que, com muita generosidade, se apresentava como restaurante, em vez das doze a quinze pessoas que esperávamos encontrar contavam-se mais de cinquenta. Face ao ajuntamento de convidados, novamente acompanhados de muitas crianças, o nosso primeiro reflexo foi o de contar as notas que ainda nos restavam entre dólares norte-americanos e rúpias indonésias. Sossegaram-nos que o almoço haveria de ser farto e barato. Assim foi, tão magnífico como agradável. Começamos

por nos banquetear com esses grandes camarões timorenses, conhecidos por “*singa*”, seguindo-se carne de porco, “*midar*”, acompanhada de incompreensíveis vegetais, “*cacun filan*”, tudo arrematado com generosos nacos em espetada de carne-que-não-se-pergunta, o comum bodo de “*sassete*”. Veio depois sobre-mesa especial de doçaria que era uma espécie de criativa versão timorense da indiana “*bebinca*”, ainda mais doce se tal é possível. O almoço foi regado com abundante vinho tinto pró-baratucho, por isso também sem maior elegância, oriundo, disseram-nos, da Austrália, coisa que não se via nas garrafas sem rótulo e certamente habituadas a encher-se dos mais variados licores. No final, bebeu-se café timorense, muito mal tostado e cheio de resíduos, valendo o acompanhamento da muito forte aguardente local, “*tua sabu*”, feita a partir de uma palmeira muito comum, a “*arenga pinnata*”.

Após talvez duas horas de comida abundante e de ainda muito mais bebida, estávamos todos mais do que alegres para falar curto e com alguma decência. Passou-se então a discutir o futuro de Timor-Leste como país finalmente independentemente na maior desordem e agitação. Cálice – na verdade, um copo plástico – de *tua sabu* atrás de cálice, muitos vivas e brindes, uma discussão mais do que sonora levantou-se para dividir freneticamente os presentes entre os apoiantes das posições da FRETILIN e os que as criticavam com virulência. Decidi então acalmar os ânimos, convidando os timorenses presentes a recordar o seu passado no chamado “Timor Português” e as suas aventuras muitas durante a resistência à ocupação indonésia: os dois temas que, nesses idos, os timorenses com mais de quarenta anos mais apreciavam lembrar.

Tínhamos sido colocados na cabeceira de um conjunto prolongado de mesas de plástico, simpaticamente rodeados de timorenses mais idosos que, pelos sessenta e setenta e tais, se expressavam mais do que razoavelmente em portugukatuas “*ividos -- os heirosa*” indonçente em portuguidosos, pelos sessenta e setenta e tais, m lembrar. ativa da visita a Timorês, pese embora os abundantes tropeções em *tetum* e mesmo “*babasa*” indonésio. Estes nossos companheiros muito vividos – os respeitados “*katuas*”, a palavra local para ancião – trataram imediatamente de convocar as mais hilariantes histórias dos tempos da escola primária, alguns mesmo de seminário, outros poucos voltando ainda às me-

mórias dos seus empregos menores de amanuenses da administração colonial. As histórias entre aventura e ficção sobre as peripécias durante os tempos de chumbo da repressão militar indonésias anteriores remontaram o impacto da revolução, pelos sessenta e setenta e tais, m lembrar. ativa da visita a Timor eram ainda mais fantásticas, ensinando a fintar chefes de polícia e poderosos generais. Quando nos interessamos por saber mais sobre os últimos anos de administração portuguesa, especialmente o impacto da revolução do 25 de Abril, as dissensões políticas anteriores remontaram: alguns defendiam a ideia de que Portugal nunca tinha sido em Timor-Leste um poder colonial, muito menos apegado a ideologias colonialistas; outros acusavam a administração portuguesa de todos os pecados conhecidos de qualquer colonialismo europeu. No intuito de voltar a temperar a acalorada discussão, entendi passar a fazer uma série de perguntas quase elementares sobre Portugal. Indaguei, assim, se algum dos nossos convidados mais próximos tinha alguma vez visitado o nosso país. Nenhum deles havia alguma vez pisado terras continentais portuguesas, demonstrando mesmo um conhecimento mais do que vago sobre a terra e a sociedade, vindo de ecos pueris de memórias de escola, no exército ou nos afazeres de um funcionalismo pouco ocupado. As memórias desta gente idosa, mas que tinha estudado como nós nas carteiras da salazarista instrução primária, tornaram-se progressivamente tão confusas que perguntei quase a brincar se realmente sabiam onde ficava Portugal. Um dos nossos companheiros, homem de mais de setenta anos, antigo funcionário da alfândega de Díli, respondeu prontamente com desenvoltura que “toda a gente sabe que Portugal fica em África entre Moçambique e Angola!”. Uma acirrada discussão estalou de imediato, alguns sendo capazes de situar Portugal na Europa, outros concordando com a tese africana, dois ou três ainda arriscando que o país ficava na Ásia. Chamando a sua autoridade indisputada de líder da comunidade – na verdade, já o sabemos, da confraria de Nossa Senhora de Bidao – G. resolveu encerrar a discussão, sublinhando solene: “*não importa; Portugal fica no Céu!*”.

Percebi naquele preciso momento e comprovei-o nos anos seguintes que estas ditas lusas comunidades do Sudeste Asiático – de Bidao a Tugu, nos arabalde de Jakarta, dos *kristang* de Malaca a muita gente que pelo Camboja,

Myanmar ou Sri Lanka ainda exhibe um aporuguesado apelido – não apenas foram construindo as suas identidades eurásianas repetindo e recriando arcanos mitos, como também possuem completamente uma ideia mítica de Portugal. Não sabem realmente quase nada do nosso país, mas preservam uma ideia vaga e mítica de uma entidade vetusta, paternal e benigna que chamam com cãndido orgulho Portugal.

À guisa de conclusão: O mito do Eterno Retorno

Normalmente, os historiadores não gostam de mitos. Não estudam geralmente temas míticos visto que a história académica que se queria ciência foi-se construindo desde a segunda metade do século XIX por personalidades como Leopold van Ranke, acreditando na produção de um conhecimento positivo e objectivo sobre o passado escorado na crítica minuciosa de documentos “verdadeiros”, esmagadoramente de produção oficial e ocidental. A historiografia portuguesa raramente estudou mitos – nacionalista paixão pelo sebastianismo descontada –, incluindo a constelação de mitos sobre a milagrosa fundação de Portugal e acabando nos mitos recorrentes do republicanismo entre eruditas invenções camoneanas e a estranha exorinação de D. João II ou do Marquês de Pombal. Paradoxalmente, a fascinante constelação de mitos que foi acompanhando a chamada expansão portuguesa nunca se investigou seriamente, preferindo-se elogiar coisas como a “ciência” portuguesa epocal que, em rigor, nunca existiu longe desses suspeitosos cristãos-novos como Garcia de Orta, um “perigoso” sefardista. A história cultural dessa expansão é pobre, esgotando-se em temas estafados sobre o universalismo único dos portugueses ou versões alindadas do velho credo luso-tropicalista. Por isso, ninguém se admira ou se interroga quando se trata de batizar longa ponte a atravessar o Tejo para Lisboa porque só se poderia mesmo chamar “obviamente” Vasco da Gama. A originalidade é para os outros.

Sem a ajuda das competências dos historiadores, volto novamente a pedir auxílio a Mircea Eliade e a esse livro fascinante que continua a ser *Cosmos and*

history: the myth of the eternal return. Apesar de enredadamente complexo e profundamente estribado em eruditas discussões que hoje nos escapam, a tese fundamental de Eliade não se mostra difícil de captar. Na verdade, grande parte das teorias fundamentais em história e ciências sociais são geralmente simples, compreensíveis, o que explica a sua perenidade. Sumariando o denso estudo de Eliade, o livro explica que o “eterno retorno” é uma crença, sobretudo cultural e religiosa, na habilidade social para regressar e, logo, presentificar a idade mítica de uma comunidade, território ou sociedade, assim se passando a ser contemporâneo dos eventos descritos nos seus mitos fundacionais (Eliade, 1954: XI). O acadêmico romeno concluía, em seguida, que o poder das coisas memoriais importantes reside principalmente na sua origem (Eliade, 1954: 141). Eliade explicitava também nas páginas iniciais da sua obra as sugestões encontradas no estudo de Maurice Halbwachs sobre “*memória histórica e memória coletiva*”, um trabalho editado em 1950. Este livro de um discípulo direto de Émile Durkheim sublinhava este princípio: “*a história interessa-se primordialmente pelas diferenças e descarta as semelhanças sem as quais não existiria memória, visto que os únicos eventos recordados são os que têm o traço comum de pertencerem à mesma consciência*” (Halbwachs: 1992: 2). Mais tarde, construindo teoria a partir das sugestões de Eliade, Claude Lévi-Strauss concluiu que o objetivo do mito é sempre o de mediar contradições sociais e culturais, assim resolvendo tensões básicas ou disfunções encontradas na vida social e cultural (Lévi-Strauss, 2001: 5-11). A verdade é que a história em mito de Bidao contada pelo nosso G. tinha precisamente essa função calmante, ilusória e unificante da memória singular do lugar e das suas gentes únicas.

Acontece que, para o nosso propósito, a teoria de Eliade é também especialmente operatória ao convocar essa categoria rara de *retorno*, um conceito habitualmente estranho aos historiadores muito mais em busca da evolução histórica do passado para o presente. Mais do que geralmente, a historiografia da expansão marítima portuguesa e, depois, do império colonial esqueceu-se de estudar o retorno que é mesmo um tema de investigação fundamental para se apreender a circulação lusa na Ásia. Nessa viagem fundamental de 1498-99 em direção aos “fumos” lucrativos da pimenta e outras especiarias da Índia,

o regresso da frota de Vasco da Gama é muito mais importante do que a sua chegada perto de Calecute, guiado por prisioneiros cristãos e pilotos muçulmanos resgatados em Melinde e bons conhecedores das rotas comerciais do Índico. O retorno foi feito navegando contra a monção, demorou 132 longos dias a voltar a Melinde, pelo que dos 170 membros da tripulação apenas 55 regressaram a Lisboa (Velho, 1999). O retorno pode ser também o final sem glória do primeiro vice-rei da Índia, Francisco de Almeida, chacinado em Março de 1510 perto do que é hoje a cidade do Cabo, na África do Sul, atacado por camponeses locais Khoikhoi a quem a sua tripulação havia roubado gado. Uma morte, entre tantas outras, sem retorno recordando essa outra, ainda mais célebre, de Fernão de Magalhães – o popular *Magellan* dos filipinos – morto na ilha de Mactan, perto de Cebu, em Abril 1521, armado como um cavaleiro medieval e convencido da completa superioridade da sua pequena milícia face a centenas de guerreiros locais chefiados pelo famoso Lapu-Lapu: um evento que o cronista italiano da grande aventura da circum-navegação do globo, Antonio Pigafetta, interpretou como um martírio semelhante ao de S. Sebastião, enquanto a historiografia filipina contemporânea esclarece tratar-se da primeira vitória indígena, senão mesmo “*pré-nacionalista*”, sobre o colonialismo ocidental (Sousa, 2006: 54-66).

Cientes destas e de muitas outras aventuras fatais sem retorno, receosos de enfrentarem os perigos muitos do demorado regresso marítimo à Europa e, mais do que tudo, mobilizados pelos enormes lucros do comércio intra-asiático, soldados, mercadores, mercenários e aventureiros portugueses realizaram desde as décadas iniciais do século XVI que poderiam ficar muito ricos sem voltarem de tão longe a Portugal, nesse período um país pobre, rural e feudal, reunindo pouco mais de 1,5 milhões de habitantes. Assim, dos estimados 60.000 portugueses em circulação pelos enclaves lusos asiáticos entre princípios do século XVI e as décadas iniciais do século XVII, menos de 10% retornou ao reino (Godinho, 1981, I: 30-35). As deslumbradas lusas heranças históricas e culturais pela Ásia até Timor não se podem reconstruir sem recuperar aventuras, memórias e mitos desses portugueses e dos seus descendentes, clientelas, aliados, criados, escravos e muitas mulheres locais que geraram um verdadeiro império-sombra escorado na superioridade naval de embarcações mais rápidas, poderosas e baratas do que

as tradicionais concorrências marítimas “orientais”. E se alguém tiver dúvidas sobre a agitação desse outro império de eurásianas gentes misturadas, um exemplo maior é bastante. Na verdade, a circulação dos aventureiros e mercadores deste império-sombra multiplicando as riquezas oferecidas pelos lucrativos tratos asiáticos pode reconstruir-se exatamente a 3 de Dezembro de 1552 quando o mais famoso dos missionários jesuítas pelo Oriente, S. Francisco Xavier, morreu em Sanchoão (Sangchuang), perto da foz do delta do rio das Pérolas. Apesar da ilha se encontrar ocupada por centenas de mercadores portugueses, mais os seus eurásianos filhos, criados e escravos abundantes, desenvolvendo lucrativos contrabandos com negociantes chineses de Cantão, nenhum assistiu ao enterro do missionário da Companhia de Jesus. O seu corpo sem vida permaneceu mesmo vários dias por sepultar até ao domingo seguinte à sua morte. A sua pobre procissão fúnebre em direção a sepultura ocasional reuniu apenas o seu criado e escravo António, de origem chinesa, o piloto Francisco de Aguiar, mais os dois mulatos que transportaram o caixão (Sousa, 2006: 65-66).

Em rigor, o plano xaveriano de conversão da China mais a sua dura pregação contra os desregrados comportamentos dos ricos mercadores portugueses na Ásia tinham-se tornado um embaraço para os lucrativos tratos com comerciantes e contrabandistas chineses. Estes mesmo comerciantes que, em Dezembro de 1552, esqueceram Xavier são aritmeticamente os mesmos que fundaram Macau, cinco ou seis anos depois. Sem surpresa, o primeiro bispo instalado em Macau – mas não ainda bispo formal do enclave –, o ilustrado jesuíta D. Belchior Carneiro escreveu frequentemente com pessimismo sobre este confronto constante entre a moral cristã e a vida de pecado destes abonados mercadores portugueses que dominavam a nova cidade. Em tratado manuscrito quase desconhecido sobre o casamento cristão, escrito em cuidado latim, o prelado desvenda a situação pecaminosa de muitos comerciantes portugueses privados ativos na década de 1570 pelas rotas do Japão e do Sudeste Asiático. Muitos deles, sobretudo os muito ricos, casavam-se com várias mulheres por Macau, pelo Japão, pela Indochina, pelo que é hoje a Indonésia, mantendo dispersas famílias, casas e larga prole. Num caso extremo analisado no erudito estudo manuscrito, o bispo jesuíta debruça-se criticamente sobre a situação imoral de um velho rico mercador português de Macau, originário

do centro do Alentejo, casado ao mesmo tempo com oito diferentes mulheres. Um processo foi aberto contra ele em Macau, cruzando jurisdição civil e canónica, mas o influente mercador apoiado em advogado privado acabaria por se safar invocando uma fantástica justificação sob o argumento – quase atual – de diversidade cultural. Explicou para o processo que, para desenvolver os seus orientais negócios marítimos, era obrigado a fazer alianças com grandes mercadores asiáticos que, várias vezes, o obrigavam a selar os tratos através de casamento com as suas filhas, uma outra versão do timorense *barlak*. Mais adianta o mercador vindo das profundezas miseráveis do Alentejo para enriquecer pelo Extremo-Oriente não haver cometido qualquer pecado, já que era casado pela igreja católica apenas com uma mulher, em Macau, enquanto com as outras consortes se tinha limitado a seguir as tradições culturais locais (Sousa, 2009). Cada vez mais longe da Europa, produzindo descendências eurásianas que desconheciam completamente o longínquo reino lusitano, Portugal transformou-se entre estas gentes numa ilusão, uma legenda, um mito de remotas origens. Os eurásianos filhos de outros eurásianos descendentes destes aventureiros e mercadores portugueses casados ou a viver com chinesas, malaias, vietnamitas e o que mais desse, transformaram em duas ou três gerações a sua origem em mitos fundamentais na produção de uma identidade diferente da das populações asiáticas locais.

As “lusas” comunidades espalhadas pelo Sudeste Asiático até Timor só podem perceber-se voltando mesmo a investigar estas outras gentes: mercadores investindo, comerciando e contrabandeando lucrativamente no Extremo-Oriente longe do controlo da igreja e dos poderes oficiais do chamado “Estado da Índia”; aventureiros, ex-soldados, mercenários, artífices, pilotos, marinheiros que nunca mais voltaram a ver terras de Portugal produzindo famílias extensas espalhadas, tantas vezes abandonadas, pelos muitos enclaves portuários asiáticos; grupos de eurásianos que eram já filhos de eurásianos, por sua vez descendentes de outros eurásianos; depois comunidades que, como a de Bidao, pelos finais do século XVIII e princípios do século XIX foram recriando e mitificando uma vaga ideia de Portugal para reproduzirem com orgulho uma identidade cultural singular. Em final consequência, estas comunidades não podem ser investigadas através do arsenal tradicional de crónicas e documentos portugueses oficiais. Não se encontram por aí, mas exis-

tem realmente debaixo dessa mítica ideia de que “Portugal fica no céu”. Não sei – nunca perguntei nem disso algumas vezes falamos... – se o António acreditava nessas piedosas ideias de salvação, paraísos e vida além da morte. Mas se o Céu realmente existir – o que a minha racionalidade científica se obstina em duvidar – estou certo de que o Pedrosa estará a dar lições a anjos e querubins maravilhados sobre nuvens e estrelas, mais os mistérios muitos da geografia física e humana do mundo sublunar. *Requiescat in pace*, António. Até sempre.

Referências bibliográficas

- Barbosa, Duarte (1989). *The book of Duarte Barbosa: an account of the countries bordering on the Indian Ocean and their inhabitants*. New Delhi: Asian Educational Services.
- Baxter, Alan N. (1990). Notes on the Creole Portuguese of Bidau, East Timor, in: *Journal of Pidgin and Creole Languages*, vol. 5: 1, pp. 1-38.
- Boxer, Charles R. (1947). *The Topasses of Timor*. Amsterdam : Indisch Instituut.
- Castro, Alfredo Osório (1943). *A Ilha Verde e Vermelha de Timor*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, p. 56.
- Elliaide, Mircea (1954). *Cosmos and History: The Myth of the Eternal Return*. New York: Pantheon Books.
- Elliaide, Mircea (2010). *The Portugal Journal*. New York: State University of New York, p. 252.
- Fisher, Elaine (2010). Fascist Scholars, Fascist Scholarship: The Quest for Ur-Fascism and the Study of Religion, in: *Hermeneutics, Politics, and the History of Religions*, pub. online May 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195394337.003.0012>.
- Halbwachs, Maurice (1992). *On Collective Memory* (transl. Lewis A. Coser). Chicago: University of Chicago Press, p. 2.
- Lévi-Strauss, Claude (2001). *Myth and Meaning*. London-New York: Routledge, pp. 5-11.
- Meneses, Francisco Xavier Aleixo Santa de (1968). *Contactos de culturas no Timor Português. Contribuição para o seu estudo*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pp. 367-371.
- Pigafetta, Antonio. *The First Voyage around the world (1519-1522)*. Toronto: University of Toronto Press, 2007.
- Sousa, Ivo Carneiro de. Sousa (2006). Peregrinatio, Pecado, Sexualidade e Mentalidade Mercantil. Discutindo o Livro de Antonio Pigafetta sobre a Grande Viagem de Fernão de Magalhães, in: *Revista de Cultura* (Edição Internacional), 17, pp. 54-66.
- Teixeira, Manuel (1977). *A Gruta de Camões em Macau*. Macau: Imprensa Nacional.
- Velho, Álvaro (1999). *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Wikipedia: https://en.wikipedia.org/wiki/Bidau_Lecidere.